



**FORMULÁRIO DE CANDIDATURA AO PROCEDIMENTO CONCURSAL
PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA**

Código de Identificação do Procedimento

Código da Publicação na BEP _____ Código do Candidato ^(a) _____

Caracterização do Posto de Trabalho

Designação da Unidade Orgânica: _____

Cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau

Cargos de Direção Intermédia de 3.º Grau

1 - Identificação do Candidato

Nome completo: _____

Data de nascimento: ____/____/____ Sexo: _____

Nacionalidade: _____

N.º do Cartão de cidadão: _____ Validade: ____/____/____

N.º de Identificação fiscal: _____

Morada: _____

Localidade: _____

Código postal: _____ - _____

Concelho de residência: _____

Telefone: _____ Telemóvel: _____

Endereço eletrónico: _____

(a) A preencher pela Entidade

2 - Nível Habilitacional

- Licenciatura
- Mestrado
- Doutoramento
- Habilitação ignorada

2.1 – Identifique o curso e/ou áreas de formação:

2.2 – Indique cursos de pós-graduação, mestrado ou doutoramento:

3 – Situação Jurídico/Funcional do Trabalhador

3.1 – Indique a relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado que possui:

Nomeação	Definitiva	
	Transitória por tempo determinado	
	Transitória por tempo indeterminado	
Contrato	Tempo indeterminado	
	Tempo determinado	
	Tempo determinável	
Situação atual	Em exercício de funções	
	Em licença	
	Em SME	
	Outra	

3.2 – Órgão ou serviço onde exerce ou por último exerceu funções:

3.3 – Carreira e categoria detidas:

3.4 – Atividade exercida ou que por último exerceu no órgão ou serviço?

4 – Requisitos de Admissão

“Para o efeito declaro, sob compromisso de honra, que reúno os requisitos legais previstos no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, aplicada à Administração Local pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto”.

Sim

Não

5 – Necessidades Especiais

Caso lhe tenha sido reconhecido, legalmente, algum grau de incapacidade, indique o respetivo grau, o tipo de deficiência e se necessita de meios/condições especiais para a realização dos métodos de seleção.

5.1 – Grau de incapacidade: _____

5.2 – Tipo de deficiência: _____

5.3 – Indique se necessita de meios/condições especiais para a realização dos métodos de seleção:

6 – Declaração

“Declaro que são verdadeiras as informações acima prestadas.”

“Declaro ainda que autorizo o uso do endereço eletrónico, contido no presente formulário, para efeitos dos artigos 63.º e 112.º do Código do Procedimento Administrativo, no âmbito do Procedimento Concursal acima referido.”

Localidade: _____ Data: _____

Assinatura: _____

Documentos que anexa à candidatura:

- Currículo
- Fotocópia do Certificado de Habilitações
- Comprovativos de formação (quantidade _____)

- Declaração comprovativa da relação jurídica de emprego pública, indicando a carreira e categoria de que é titular, da atividade que executa e do órgão ou serviço onde exerce funções
- Declaração comprovativa do respetivo grau de incapacidade e tipo de deficiência
- Outros documentos: _____
-

7 – Declaração de Consentimento do Tratamento de Dados

Nos termos do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, aprovado pelo Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (RGPD), informa-se o seguinte: O Município de Sobral de Monte Agraço, procede ao tratamento dos dados pessoais dos(as) candidatos(as) com a finalidade de dirigir o processo de recrutamento, através dos elementos que compõem o respetivo júri e de um número restrito de trabalhadores dos Recursos Humanos, onde se inclui a análise dos requisitos de admissão e a aplicação dos métodos de seleção previstos na publicitação do procedimento, bem como a publicitação da lista de candidatos admitidos e excluídos, das listas dos candidatos aprovados e não aprovados no decorrer da aplicação dos métodos de seleção, da lista unitária de ordenação final e respetivas audiências dos interessados, e, ainda, comunicações e notificações, fornecimento de acesso aos(às) contrainteressados(as), nos limites legais, para efeitos de audiência dos interessados, impugnação administrativa ou judicial. Os dados pessoais recolhidos são tratados ao abrigo das obrigações jurídicas determinadas pela Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e pela Portaria n.º 233/2022, de 09 de setembro, as quais decorrem do interesse público refletido no n.º 2 do art.º 47.º da Constituição da República Portuguesa, ao determinar o concurso público como forma de ingresso na Administração Pública. O tratamento dos dados fundamenta-se, ainda, nas diligências pré-contratuais para estabelecimento do vínculo de emprego público (alíneas c) e e) do n.º 1 do art.º 6.º do RGPD). No que se refere aos dados de saúde relativos ao grau de incapacidade detido por um determinado candidato, o respetivo tratamento fundamenta-se no cumprimento de obrigações pelo responsável do tratamento (alínea b) do n.º 2 do art.º 9.º do RGPD, e Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, que estabelece o sistema de quotas de emprego na administração pública para pessoas com deficiência). O responsável pelo tratamento pode recorrer aos serviços prestados por entidades especializadas, de natureza pública ou privada, no que se refere aos dados relativos a eventual avaliação psicológica, entrevista de avaliação de competências e realização de exames médicos, que estão sujeitos a especial sigilo e fundamentam-se no cumprimento de obrigações (alínea b) do n.º 2 do art.º 9.º do RGPD). O não fornecimento dos dados pessoais tem as consequências previstas na

Praça Dr. Eugénio Dias, n.º 4

publicitação do procedimento. As comunicações para o exercício dos direitos atribuídos pelo direito da União Europeia e nacional devem ser dirigidas à Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, através dos respetivos endereço de correio eletrónico (geral@cm-sobral.pt) e morada: Praça Dr. Eugénio Dias, n.º 4, 2590-016 Sobral de Monte Agraço. Os dados pessoais são conservados pelo prazo de cinco anos contados da data de homologação da lista unitária de ordenação final, findo o qual são eliminados. Os dados pessoais cujo tratamento se autoriza pela presente declaração não poderão servir para quaisquer fins de comercialização direta ou outros de natureza comercial, incluindo a definição de perfis ou para quaisquer outras decisões automatizadas e poderão ser objeto de portabilidade nos termos do artigo 20.º do Regulamento Geral de Proteção de Dados. O Município de Sobral de Monte Agraço compromete-se, no âmbito do processo apresentado, a cumprir o disposto na Lei de Proteção de Dados Pessoais, bem como na demais legislação aplicável designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenham tido acesso ou que lhes sejam transmitidas no âmbito deste processo, sem que para tal tenha sido expressamente autorizada, comprometendo-se a utilizá-los exclusivamente para finalidades determinantes de recolha, abstenendo-se de qualquer uso fora do contexto, quer em benefício próprio, quer de terceiros.

Tomei conhecimento e concordo.

Data: _____

Assinatura: _____

(Conforme Cartão Cidadão)